

Normas de Regulamentação para Revalidação de Título de Especialista

Em decorrência do convênio celebrado entre o Conselho Federal de Medicina (CFM) e Associação Médica Brasileira (AMB), visando estabelecer critérios para revalidação do Título de Especialista, informamos a sistemática adotada pela AMB e Sociedades Brasileiras de Especialidade filiadas à AMB.

Introdução

A necessidade de revalidação do título de especialista se impõe face a velocidade com que novos conhecimentos são incorporados à prática médica.

Princípios adotados

- Só poderão revalidar os já possuidores de Título de Especialista emitidos pela AMB.
- A adesão, das Sociedades de Especialidade, ao processo de revalidação é obrigatória.
- A revalidação será baseada em sistema de créditos e tempo máximo para realizá-la será de 5 anos. Iniciando-se automaticamente após a emissão do Título de Especialista.
- Haverá uma Comissão Nacional de Acreditação AMB/CFM que terá ação controladora no processo.
- O Título de Especialista não será cancelado caso não seja revalidado.

Da Comissão Nacional de Acreditação

- Será composta por 1(um) membro da diretoria da AMB, 1(um) membro da diretoria do CFM e 2 (dois) delegados de cada um destes órgãos.

- Determinará as regras gerais de funcionamento do processo de Acreditação.
- Esclarecerá eventuais dúvidas, dentro desse processo.
- Determinará a proporcionalidade dos eventos e atividades que somarão créditos.
- Terá um conselho consultivo de representantes, sendo indicado um de cada Sociedade.
- Determinará a data de início do processo a nível nacional para os portadores do título de especialista das Sociedades de Especialidade que ainda não têm programa de revalidação em curso.

Das Sociedades de Especialidade

- Controlará o processo de revalidação junto do candidato.
- Se obriga a manter uma pontuação atualizada do candidato, em função dos certificados que ele informar possuir.
- As Sociedades de Especialidade que se encontrarem com o programa de revalidação em curso, no momento do início do processo, terão 5 anos (no máximo) para se adequarem ao total de créditos e sua proporcionalidade (item “dos créditos”).
- Se obriga a avaliar todos os cursos, eventos e atividades da sua especialidade envolvidos no processo de revalidação e junto à Comissão Nacional de Acreditação AMB/CFM aprová-los ou não independentemente de serem promovidos pela Sociedade.

- Se obriga a obedecer a proporcionalidade e controlar o acúmulo dos créditos, no total de 100, a partir das orientações da Comissão Nacional de Acreditação.
- Reportará eventuais dúvidas à CNA para discussão e deliberação.
- Deverá proporcionar dentro do seu programa de educação médica continuada número de créditos suficientes, para que os candidatos à revalidação possam acumular o número já definido.

Dos créditos

- O sistema será baseado em créditos, no total de 100, a serem acumulados ao longo de 5 anos.
- Os créditos não serão cumulativos após o período de 5 anos.
- A relação de eventos e atividades acreditadoras será definida pela Comissão Nacional de Acreditação, junto às Sociedades de Especialidade.
- Haverá uma proporcionalidade entre os créditos dos vários eventos e atividades, a ser determinada pela Comissão de Acreditação.
- Os créditos serão acumulados pelo especialista candidato à revalidação e o controle será feito pela Sociedade de Especialidade correspondente.
- Somente os eventos e atividades encaminhados pelas Sociedades de Especialidade para a Comissão Nacional de Acreditação, poderão ser incluídos no processo.
- Caso não sejam acumulados créditos no período de 5 anos, haverá a opção da prova para Revalidação do Título de Especialista.